

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Acordo abre porta para projetos de defesa com os EUA	2
Título: Sauditas abrem guerra de preço que deve derrubar cotações do petróleo	3
Título: Petrobras define estratégia para térmicas	6
Título: Curtas	8
Título: Guerra de preços no petróleo pode afetar planos da Petrobras.....	9
Título: Previ e Petros superam meta atuarial em 2019	10
Título: Maia pede que governo lidere reação a crise econômica mundial	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	13
Título: Arábia Saudita inicia ‘guerra de preço’ no petróleo	13
Título: Isenção para QAV pode sair neste ano	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Petróleo despenca com maior oferta da Arábia Saudita.....	15
Título: Calor	15
Título: Dispositivos não regulamentados.....	15
Título: Constituição tem 118 pontos sem regras, e Bolsonaro tenta aproveitar brechas	16
Título: Petróleo tomba 30% com embate entre Opep e Rússia.....	17
Título: ‘E o mundo não se acabou’	18
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	18
Título: Brasil e EUA fecham acordo	18
Título: Petróleo despenca e agrava crise	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/03/2020****Seção: Brasil****Autor: Paola de Orte — Para o Valor, de Doral e Palm Beach (EUA)****Título: Acordo abre porta para projetos de defesa com os EUA**

Os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram ontem em Miami o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E). A assinatura faz parte da visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos. Ele representa a próxima etapa após a designação do Brasil como Aliado Preferencial Extra-Otan em março do ano passado. A ideia é ampliar o mercado de defesa americano para maior cooperação com o Brasil.

“Assinamos um acordo histórico hoje, que abrirá caminho para compartilhamento ainda maior de experiências e informações. Trabalhamos muito próximos das nossas nações aliadas”, disse o almirante da Marinha dos Estados Unidos, Craig Faller.

A partir do RDT&E, Brasil e Estados Unidos desenvolverão projetos conjuntos na área de defesa. Os acordos decorrentes desses projetos devem seguir as regras estabelecidas neste texto inicial assinado ontem. Esses projetos promoverão desenvolvimento de produtos tecnológicos do setor de defesa.

A ideia é ampliar a participação da indústria brasileira de defesa privada e pública no mercado americano. A partir do acordo, o Brasil poderá ter acesso a um fundo do governo americano de quase US\$ 100 bilhões, conforme informou o **Valor**.

O acordo foi assinado pelo Ministério da Defesa brasileiro e o Departamento de Defesa dos EUA durante a visita do presidente Jair Bolsonaro à sede do Comando Sul dos Estados Unidos.

Após a reunião, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, classificou o evento como “um acordo inédito com os Estados Unidos, que poucos países têm”. Também estiveram na sede do Comando Sul o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil, tenente-brigadeiro Botelho, os ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, além do encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil, Nestor Forster, o assessor internacional da Presidência da República Filipe Martins e o deputado Eduardo Bolsonaro.

Em um encontro na noite de sábado, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ao lado do presidente Jair Bolsonaro, que não faria promessas sobre impor novas tarifas a produtos brasileiros. A afirmação foi feita em resposta a uma pergunta de um jornalista americano sobre a possibilidade de os Estados Unidos imporem novas tarifas ao aço e ao alumínio brasileiros.

“Nós temos um relacionamento muito bom (...) A amizade provavelmente está mais forte agora do que nunca”, respondeu Trump. O repórter então reiterou o questionamento, perguntando se ele se comprometeria a não impor mais tarifas. “Eu não faço promessas”, respondeu. Os dois presidentes jantaram no resort de Mar-a-Lago em Palm Beach, na Flórida.

Antes do jantar, os dois presidentes posaram para fotos e responderam a breves perguntas dos jornalistas. “Ele está fazendo um trabalho fantástico, um grande trabalho”, afirmou Trump, referindo-se a Bolsonaro. “O Brasil o ama, e os Estados Unidos também o amam.” Bolsonaro respondeu que havia se inspirado em alguns aspectos de Trump.

Bolsonaro voltou a reclamar do preço dos combustíveis. Ao lado do ex-piloto Emerson Fittipaldi, afirmou que o governo já baixou cinco vezes neste ano o preço do combustível, mas a redução não tem chegado ao consumidor.

“Pela quinta vez no ano baixamos os preços dos combustíveis. A última foi de 5% na refinaria. Sabe quanto baixou na ponta? Zero. Esse é o Brasil. Quando eu falo de quem é a responsabilidade o pessoal faz a listinha, assina 15/20 personalidades para dar uma pancada em mim.”

A declaração foi divulgada no Twitter pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente. Bolsonaro e Fittipaldi participaram de um almoço em uma churrascaria em Miami e a conversa foi gravada em um vídeo, exposto na rede social.

Neste ano, Bolsonaro já entrou em conflito com governadores ao vinculá-los à alta do preço do combustível. Segundo o presidente, o ICMS cobrado pelos Estados encarece o combustível vendido ao consumidor. Em fevereiro, 23 governadores reagiram à proposta do presidente de encaminhar um projeto ao Congresso para alterar a forma de cobrança do ICMS que incide sobre a gasolina e o diesel. A crítica foi registrada em carta. **(Colaborou Edna Simão, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/03/2020

Seção: Internacional

Autor: Benoit Faucon e Summer Said — Dow Jones Newswires

Título: Sauditas abrem guerra de preço que deve derrubar cotações do petróleo

Uma guerra de preços iniciada no fim de semana pela Arábia Saudita deve derrubar hoje as principais cotações do petróleo e deverá também afetar fortemente os mercados de ações. Na manhã de hoje, o petróleo abriu em queda de cerca de 30% nos mercados futuros asiáticos, maior baixa num dia desde a Guerra do Golfo, em 1991.

Após o amargo colapso de seu acordo de corte de produção de petróleo com a Rússia, a Arábia Saudita reduziu seus preços e se prepara para aumentar a sua produção, como parte de uma campanha agressiva para arrebatrar parte da fatia de mercado russa, segundo membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e autoridades sauditas.

A aposta saudita se dá depois que a parceria entre a Opep e a Rússia se rompeu na sexta-feira. Os países não conseguiram chegar a um acordo sobre cortes na produção para tentar sustentar os preços do petróleo diante da desaceleração econômica causada pela epidemia de coronavírus.

Em uma nota aos compradores enviada no sábado, a gigante estatal petrolífera saudita Saudi Aramco informou que reduzirá a maior parte de seus preços. Para entregas no mês que vem, a empresa cortou o preço do barril de seu popular petróleo mediano em US\$ 7 para os EUA, US\$ 8 para o norte da Europa e US\$ 6 para o Extremo Oriente.

Os cortes de preços têm como alvo direto a fatia de mercado da Rússia, de acordo com funcionários sauditas. Mas a estratégia do país não se resume a isso, já que a Arábia Saudita está prestes a elevar sua produção de petróleo para 10 milhões de barris por dia, dos 9,7 milhões de janeiro. As autoridades disseram que no mês que vem o país elevará a produção para mais de 10 milhões de barris/dia e poderia chegar à sua capacidade máxima de 12 milhões, se necessário.

O temor de uma guerra de preços do petróleo fez as ações da Saudi Aramco caírem até 9% nas operações de domingo em Riad, e ficarem abaixo de 30 riais. Isso é menos que os 32 riais com que a empresa fez seu IPO há três meses.

Em 2014, a Arábia Saudita inundou o mercado com petróleo, o que enfraqueceu os preços, com a intenção de minar a produção americana. Uma alta da produção agora seria diferente, pois ocorreria num momento em que a expectativa de uma maior demanda por petróleo saudita é baixa.

Na semana passada, a Arábia Saudita indicou que cortaria as exportações em 500 mil barris/dia por causa da queda da demanda por petróleo na China. A potência asiática reduziu seu consumo já que as refinarias foram obrigadas a fechar e as viagens se tornaram mais restritas para interromper o contágio do

coronavírus. A expectativa de analistas é que a propagação do vírus para o resto da Ásia, bem como para a Europa Ocidental e os EUA, reduza ainda mais o apetite global por petróleo.

“O que torna essa guerra de preços especialmente perigosa e histórica é que ela começa simultaneamente a um enorme choque de demanda... por causa do coronavírus”, disse Robert McNally, presidente da Rapidan Energy Group, empresa de consultoria do mercado de energia de Washington.

“Não víamos essa combinação tóxica desde o início dos anos 30, quando o gigantesco campo Black Giant [no Texas] começou a operar durante a Grande Depressão, o que levou os preços do barril de petróleo para a casa dos centavos.”

A queda das ações da Aramco representa um forte golpe para o país, que vendeu uma participação de 1,5% na empresa em dezembro, na maior oferta pública de ações do mundo. A venda foi vista como um teste para a reputação do príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, no mundo e como uma nova fonte de financiamento para suas reformas econômicas.

As ações despencaram com a queda nos preços do petróleo e, mais recentemente, com a turbulência política na Arábia Saudita. No fim de semana, o príncipe Mohammed desencadeou uma série de medidas repressivas de segurança, que envolveram a prisão de rivais na família real, de autoridades do governo e de militares.

Nas últimas semanas, o príncipe pressionou agressivamente o presidente russo, Vladimir Putin, para que se juntasse à Opep em uma rodada de cortes de produção, por temer o impacto do coronavírus na demanda e nos preços do petróleo - e nos seus planos de reformar a economia saudita após a abertura de capital da Aramco.

O atrito entre Arábia Saudita e Rússia vem do início de fevereiro, quando o príncipe Mohammed pediu ao pai, o rei Salman, que telefonasse para Putin e solicitasse a cooperação russa para um novo corte da produção de petróleo. Quando o rei ligou, Putin de início não quis atendê-lo. Quando acabou por aceitar a conversa, o presidente não quis se comprometer, segundo autoridades sauditas.

Segundo esses relatos, Putin não parecia muito preocupado com os efeitos de longo prazo do coronavírus no mercado de petróleo. A economia da Rússia é mais diversificada que a da Arábia Saudita. Além disso, as empresas russas de petróleo têm pressionado o Kremlin para aumentar sua produção.

Os maiores produtores de petróleo do mundo se reuniram em Viena, onde analistas esperavam que chegassem a um acordo para reduzir a oferta mundial, devido ao temor do impacto negativo do coronavírus no crescimento da economia mundial. Quando a reunião começou, os pedidos dos sauditas foram rejeitados por Putin e seu ministro da Energia, Alexander Novak, de acordo com fontes.

O preço do petróleo tem estado volátil nas últimas semanas, pois as inquietações com a epidemia do coronavírus e seu impacto no crescimento mundial tumultuaram os mercados de maneira mais geral. O petróleo Brent, que é a referência mundial, teve a sua maior queda percentual em um dia desde a crise financeira na sexta-feira: caiu 9,4%, para US\$ 45,27 por barril.

A Bolsa de Valores da Arábia Saudita, Tadawul, estava fechada na sexta-feira. Mas as ações de outras gigantes do petróleo caíram. A Exxon Mobil e a Royal Dutch Shell tiveram queda de mais de 4%.

“As empresas aéreas reduziram o número de voos, as viagens estão em queda livre, assim como o tráfego, as fábricas estão fechando, por isso a demanda por energia caiu e vai cair ainda mais”, disse Peter Kisler, gerente da North Asset Management, de Londres.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras define estratégia para térmicas

A Petrobras vai aguardar o resultado do seu desempenho no leilão de termelétricas existentes, previsto para 30 de abril, para iniciar a modelagem de venda de seus ativos de geração térmica. O parque termelétrico da estatal faz parte do atual plano de desinvestimentos da companhia, que prevê levantar de US\$ 20 bilhões a US\$ 30 bilhões, até 2024.

O entendimento da Petrobras é que, caso alguns de seus projetos vençam o certame, o valor desses ativos para a venda aumentará significativamente, já que eles passarão a deter um contrato de longo prazo de fornecimento de energia, com preço definido. Na prática, é uma receita fixa garantida por 15 anos.

“Faz parte da nossa estratégia colocar algumas dessas térmicas contratadas [no leilão], para, aí sim, estruturarmos o modelo de venda da nossa empresa de

energia, combinando o parque de unidades térmicas em uma empresa de energia, podendo sair via mercado de capitais”, afirmou a diretora de Refino e Gás Natural da Petrobras, Anelise Lara, durante coletiva de imprensa sobre o resultado da petroleira em 2019, no fim de fevereiro.

“Nossa estratégia é competir no leilão de abril e ter a garantia de contratos firmes para algumas dessas térmicas”, completou ela.

No fim do ano passado, a Petrobras havia contratado o Goldman Sachs para auxiliá-la na venda das térmicas. “Eles vão formatar [o projeto] junto conosco”, disse o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, na ocasião.

Ao todo, a Petrobras inscreveu 13 termelétricas existentes a gás natural no leilão. A companhia também figura na lista de cadastrados com a usina de Araucária (PR), da qual possui 20% de participação, em sociedade com a estatal paranaense Copel (80%).

Segundo Giovani Loss, sócio do escritório Mattos Filho e especialista em petróleo e energia, a decisão da Petrobras de aguardar o resultado do leilão para estruturar o plano de desinvestimento de térmicas é inteligente. Para ele, os principais projetos de venda de ativos da estatal em 2020 são as refinarias e a participação na Gaspetro, subsidiária que reúne os investimentos da petroleira em distribuição de gás natural canalizado.

Outra geradora com estratégia semelhante à da Petrobras é a Engie Brasil Energia (EBE). A companhia inscreveu no leilão o complexo termelétrico de Jorge Lacerda (SC), a carvão mineral. O objetivo também é conseguir um contrato de longo prazo que amplie a atratividade do ativo para ser negociado com potenciais compradores.

“Esse movimento [de incluir a térmica no leilão] foi com a estratégia de tentar alavancar a venda desse ativo”, disse Rafael Bósio, gerente de relações com investidores da EBE, em teleconferência com investidores, em fevereiro. “Se [a usina] for bem-sucedida no leilão, vai ter um contrato de 15 anos. Isso pode melhorar as condições de venda desse ativo”.

A Eletrobras também cadastrou no leilão a térmica a carvão de Candiota (RS). A elétrica avalia disputar o certame para obter um novo contrato de longo prazo e garantir rentabilidade para o projeto. O **Valor** apurou que a companhia investiu cerca de R\$ 350 milhões em uma revisão na usina, que estará descontratada a

partir de 2024 e busca novos contratos. “A usina está funcionando muito bem”, disse uma fonte sobre o assunto.

O objetivo do governo com o leilão de abril é substituir um grupo de térmicas a óleo combustível - mais caras e poluentes - que serão descontratadas a partir de 2023, por usinas a gás e carvão. Esses contratos somam cerca de 1.800 megawatts (MW) médios de energia.

O Ministério de Minas e Energia está confiante de que a contratação das usinas a gás e carvão seja na mesma proporção. No mercado, no entanto, há dúvidas se esse volume será alcançado, porque as distribuidoras não tinham certeza se precisariam dessa demanda na mesma proporção, devido à acentuação da migração de consumidores para o mercado livre e da instalação de projetos de geração distribuída a fonte solar fotovoltaica.

O leilão também permitirá a participação de usinas novas a gás e carvão. Na prática, o certame será dividido em dois. Um será do tipo “A-4”, com início de suprimento de energia em 2024. O outro será do tipo “A-5”, com início de fornecimento em 2025.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/03/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Novo acordo com YPFB

A Petrobras assinou na sexta-feira novo aditivo ao contrato de suprimento de gás natural (GSA) com a estatal boliviana Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPFB), referente ao volume de gás contratado em 1999, no início da operação do gasoduto Bolívia-Brasil. O aditivo prevê a redução da obrigação de fornecimento da YPFB para a Petrobras do volume atual diário de 30 milhões de metros cúbicos para 20 milhões de metros cúbicos, permitindo que a estatal boliviana comercialize o excedente com outros agentes do mercado no Brasil. A assinatura do aditivo foi mais uma etapa do termo de cessação de conduta assinado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Petrobras na Colômbia

A Petrobras iniciou o processo de divulgação para venda de ativos de distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes na Colômbia. A petroleira estatal irá vender 100% das ações detidas pela Petrobras International Braspetro B.V. e outras subsidiárias na Petrobras Colombia

Combustíveis, a Pecoco. A Pecoco atua no mercado de distribuição e comercialização de gasolina, diesel e lubrificantes, com uma rede de 124 estações de serviços e sete unidades de armazenamento. O documento com as principais informações sobre a venda dos ativos, bem como os critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais participantes, ficará disponível no site da Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/03/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Rio

Título: Guerra de preços no petróleo pode afetar planos da Petrobras

Se a queda de 9,44% da cotação do barril do petróleo na sexta-feira já indicava pressão sobre as receitas da Petrobras no curto prazo, a decisão da Arábia Saudita, anunciada no fim de semana, de elevar a oferta e provocar uma guerra de preços com a Rússia pode colocar em risco novos projetos da estatal brasileira. O barril do Brent para maio fechou a sexta-feira cotado a US\$ 45,27.

Um cenário de preços a cerca de US\$ 45 o barril não é confortável para nenhuma empresa que produza e venda petróleo, mas é suficiente para preservar a competitividade da produção da estatal, em especial no pré-sal. Abaixo disso, a Petrobras pode começar a ter dificuldades em novos projetos, embora ainda não haja nenhuma sinalização de que a commodity vá se manter no atual patamar ao longo dos próximos anos.

Hoje, o ponto de equilíbrio da produção da Petrobras está em US\$ 16 o barril. Esse é o preço de equilíbrio econômico de sua produção. Isso significa, segundo a estatal, que um barril a US\$ 16 é suficiente para pagar 100% dos custos e despesas do campo - incluindo o descomissionamento, custos operacionais, afretamento das plataformas, mais a manutenção do ativo e pagamento de participações governamentais.

Isso para os projetos já existentes, que contam com infraestrutura instalada. Para os próximos anos, o ponto de equilíbrio prospectivo da empresa é de US\$ 25 o barril, sendo US\$ 21 no pré-sal.

Para o desenvolvimento de novos projetos no pré-sal, contudo, a história é outra. Nesses casos, a Petrobras trabalha com preço de equilíbrio entre US\$ 35 e US\$ 45 para tirar do zero o projeto. Ou seja, ao cair para US\$ 45 o barril, a cotação do petróleo se aproxima do “piso” necessário para viabilizar um novo projeto no pré-sal. Nova queda dos preços, para patamares ainda mais baixos, pode comprometer novos investimentos.

“As companhias de petróleo estão preocupadas com preço a US\$ 40 o barril”, afirmou ao **Valor**, recentemente, uma fonte da administração da Petrobras.

O chefe de pesquisa da área de exploração e produção de petróleo da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis, afirma que, com um preço do petróleo a US\$ 45 o barril, fica mais difícil, para qualquer petroleira comprometida com a remuneração de seus acionistas, tomar novas decisões de investimentos.

“Se esse cenário de preços se estender, a tendência é que haja cortes nos investimentos em exploração e atrasos nas tomadas de decisão de investimentos”, disse Assis.

O BB Investimentos destacou, em relatório, que o ponto de equilíbrio da Petrobras “dá margem considerável para atuar por algum tempo com preços de petróleo reduzidos”. O banco estima que, com preço acima de US\$ 40 o barril, a maioria dos projetos no pré-sal segue viável para que a companhia tenha retorno acima do seu custo de capital. Quanto ao impacto sobre a geração de caixa, contudo, a cada US\$ 5 de variação no preço do petróleo, espera-se variação de US\$ 3,2 bilhões no lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) anual da companhia.

Assis acredita que o petróleo a US\$ 45 pode trazer riscos ao plano de desinvestimento da empresa, já que a precificação dos ativos de refino está ligada ao cenário de preços do petróleo e derivados. Para o longo prazo, a projeção de preços ainda estava na casa dos US\$ 60 o barril na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/03/2020

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Previ e Petros superam meta atuarial em 2019

Valorização de mais de 30% do Ibovespa no ano passado e um resultado ainda positivo dos títulos públicos beneficiaram as fundações em um período em que o mercado ainda não temia as consequências do novo coronavírus

Donos de um patrimônio de mais de R\$ 300 bilhões, os maiores fundos de pensão do Brasil - Previ (Banco do Brasil) e Petros (Petrobras) - encerraram o ano passado com resultados acima de suas metas atuariais. A valorização de mais de 30% do Ibovespa no ano passado e um resultado ainda positivo dos títulos públicos beneficiaram as fundações em um período em que o mercado

ainda não temia as consequências do novo coronavírus. Na Petros, que tem patrimônio total de R\$ 101 bilhões, os planos fecharam o ano com rentabilidade de 20%, a maior em 12 anos.

As duas entidades tem exposição concentrada em determinadas ações em bolsa, o que tende a pressionar mais os resultados em momentos de turbulência como o atual. Ambas estão trabalhando na diversificação de seus ativos. O presidente da Previ, José Maurício Coelho, diz que ainda há incertezas sobre o tamanho do impacto do Covid-19 na economia global. Por outro lado, pondera que já se sabe que será possível controlá-lo no curto prazo e que não tem alto grau de mortalidade. “No momento, o melhor a fazer é observar os mercados. Estamos aguardando para analisar os efeitos da crise”, afirma Coelho. A política de investimentos da Previ prevê, a partir de 2020, ajustes em sua estratégia em busca de diversificação.

A Previ encerrou 2019 com superávit acumulado de R\$ 2,38 bilhões em seu plano de benefício definido (Plano 1), que teve ganho de 10,55% ante meta de 9,71%. No Previ Futuro, de contribuição variável, o resultado foi de 20,12%. Apenas no ano passado, o Plano 1 teve resultado positivo de R\$ 968,32 milhões. Após o impacto de R\$ 5,11 bilhões da revisão das premissas atuariais com a redução da meta, ficou deficitária em R\$ 4,15 bilhões. Como foi utilizado R\$ 6,52 bilhões do superávit de 2018, o resultado continua positivo em R\$ 2,38 bilhões. Os ativos da fundação somam mais de R\$ 200 bilhões.

No Plano 1, a renda variável representa quase 50% da carteira, enquanto no Previ Futuro, esses investimentos são mais diversificados. A diferença se reflete no resultado: os ganhos do segmento foram de 7,57% no plano de benefício definido e de 34,7% no de contribuição variável.

Na Petros, os planos de benefício definido - PPSP-R e PPSP-NR - tiveram ganhos de 23,06% e 22,32%, respectivamente, acima da meta de 9,8%. No PP-2, de contribuição variável, o resultado foi 14,63%, em comparação a meta de 9,89%. O **Valor** apurou que o superávit de cerca de R\$ 3 bilhões será usado para reduzir o impacto gerado pela redução da meta. A Petros aguarda a aprovação do plano pela Petrobras, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/03/2020****Seção: Política****Autor: Leandro Colon, da Folhapress, Valor — Brasília****Título: Maia pede que governo lidere reação a crise econômica mundial**

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu na noite deste domingo (8) o avanço de reformas emergenciais para enfrentar a turbulência econômica mundial causada pela queda do petróleo e pelo coronavírus. Ele ainda pede que o governo lidere o processo de reação.

"Estamos aqui para ajudar, o Parlamento está pronto para ajudar o governo, que certamente precisa liderar esse processo", disse à reportagem. "A nossa economia está sendo contaminada pelos dois motivos (petróleo e coronavírus) e também pelo baixo resultado do ano passado (do Produto Interno Bruto)", ressaltou.

No Twitter, Maia disse também que "se agora os poderes da República agirem em harmonia e com espírito democrático, esta crise pode virar uma oportunidade de se somar forças em busca das soluções necessárias e urgentes".

"O cenário internacional exige seriedade e diálogo das lideranças do país. A situação da economia mundial se deteriora rapidamente. O Brasil não vai escapar de sofrer as consequências dessa piora global. É preciso agir já com medidas emergenciais", escreveu o presidente da Câmara.

"O Congresso está pronto para avançar com as reformas necessárias capazes de reestabelecer a confiança", ressaltou.

O petróleo do tipo Brent abriu o pregão desta segunda (9, ainda domingo no Brasil) em queda de mais de 30%, derrubando o preço para perto de US\$ 30 por barril. É a maior desvalorização desde a Guerra do Golfo, em 1991, quando o preço chegou a cair 34,77%.

Analistas do mercado financeiro alertaram que a brusca queda pode ser amenizada ao longo da segunda-feira. Isso porque no início dos negócios tem volume reduzido de investidores, deixando as oscilações de mercado mais bruscas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/03/2020****Seção: Economia****Autor: NYT e AGÊNCIA ESTADO****Título: Arábia Saudita inicia 'guerra de preço' no petróleo**

Após recusa da Rússia em cortar a produção, sauditas reduzem preço da commodity; com isso, cotações caíram mais de 20% nas bolsas

A Arábia Saudita decidiu reduzir em 10% seus preços de exportação de petróleo, no que pode ser o começo de uma guerra de preços contra a Rússia, mas com repercussões também na Venezuela, no Irã e até em empresas americanas do setor. Com a decisão, os preços de negociação internacional despencavam ontem, com o barril do petróleo tipo Brent recuando 20,6%, a US\$ 35,93, na Intercontinental Exchange (ICE), em Londres. Em Nova York (Nymex), o barril do óleo tipo WTI recuava 20,5%, cotado a US\$ 32,82. É a maior queda desde 1991, ano da Guerra do Golfo. A decisão saudita de cortar os preços foi uma retaliação à Rússia, que se recusou a participar de um movimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para reduzir a produção de petróleo e segurar os preços do produto, que estão em queda por causa da desaceleração econômica decorrente do coronavírus.

A quebra de uma aliança de três anos entre o cartel liderado pela Arábia Saudita e a Rússia para segurar os preços pode ser temporária e fazer parte de um jogo de negociação. Mas, caso seja duradoura, executivos do petróleo dizem que não há nada para impedir que os preços alcancem os níveis mais baixos em pelo menos cinco anos. Uma grande queda nos preços prejudicaria produtores de todo o mundo, principalmente da Venezuela e do Irã, cujas economias baseadas na commodity já estão sob pressão das sanções americanas. O entrave poderia beneficiar o consumidor, mas um colapso prolongado dos preços aumentaria a pressão sobre as empresas petroleiras. Países em desenvolvimento que dependem de petróleo, como Nigéria, Angola e Brasil, também podem sofrer desacelerações econômicas significativas.

O primeiro grande impacto foi sentido pela própria Arábia Saudita. As ações da Saudi Aramco, empresa nacional de petróleo, caíram mais de 9% ontem. A Bolsa de Riad recuou mais de 8%. Enquanto cortam os preços, as autoridades sauditas se preparam para aumentar a produção de petróleo para compensar a perda de receita. A China, maior importadora de petróleo, comprou o produto a preços baixos para estocá-lo. A Arábia Saudita é o maior exportador de petróleo do mundo e produz cerca de 9,7 milhões de barris por dia, abaixo da sua capacidade de aproximadamente 12 milhões de barris. Se produzir mais petróleo a ajudará é outra questão. Não há solução fácil para a situação que a

Arábia Saudita e o resto da indústria do petróleo enfrentam. O mundo está inundado de petróleo, dizem os analistas, e a demanda provavelmente continuará em queda.

Estratégia. Tanto a Rússia quanto a Arábia Saudita parecem estar agindo pensando no curto prazo e com estratégias de risco. A Rússia ganhou influência política significativa no Oriente Médio, alinhando-se à Opep. Apoiar os preços do petróleo controlado por Arábia Saudita e outros países do Golfo Pérsico também ajudou o governo do presidente Nicolás Maduro a sobreviver na Venezuela. Agora, os russos optaram por seguir sozinhos, recusando-se a fazer os cortes de produção propostos, talvez na esperança de minar os produtores de petróleo americanos. Para a Arábia Saudita, a cooperação com a Rússia reforçou a influência da Opep em um momento em que está sendo ameaçada por um aumento na produção de petróleo americana, que transformou os EUA em um grande exportador pela primeira vez em décadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/03/2020

Seção: Economia

Autor: A.P. BRASÍLIA

Título: Isenção para QAV pode sair neste ano

O andamento da reforma tributária no Congresso não deve frear os planos do Ministério da Infraestrutura em zerar o PIS/Cofins do querosene de aviação (QAV), apurou o Estado. A avaliação da pasta é de que, independentemente das mudanças estudadas para o sistema tributário, é urgente sinalizar ao mercado que o governo trabalha para tornar o ambiente de aviação mais atrativo e competitivo no Brasil. O Ministério trabalha para que o governo edite ainda neste ano decreto para zerar a partir de 2021 o PIS/Cofins do combustível. Como o tributo é alvo da proposta de reforma que tramita no Congresso e está em estudo pelo governo, o tema entrou nas discussões internas. A questão foi tratada em reunião do secretário nacional de Aviação Civil, Ronei Saggioro Glanzmann com a Receita Federal na semana passada.

Representando o Ministério da Infraestrutura, Glanzmann pontuou que esperar pela reforma tributária, ainda incerta, não seria uma saída boa para o setor. Para o Ministério, o ideal seria trabalhar na reforma e no decreto para zerar o tributo. Pela proposta no Executivo, ainda não apresentada, o PIS/Cofins seria substituído pelo IVA Federal. Integrantes da pasta pontuam que o impacto orçamentário tem condições de ser amortecido na própria pasta. A estimativa é que a arrecadação do tributo incidente no QAV seja de R\$ 250 milhões ao ano. Ao zerar o tributo, R\$ 0,07 seriam reduzidos no preço do litro do querosene, que custa em torno de R\$ 3. “Se eu tivesse de decidir, reduziria de imediato”,

diz o presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro, Gustavo Brigagão, pois não se sabe como e quando a reforma tributária irá ocorrer. Por outro lado, será um desafio encaixar o benefício nas propostas em andamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/03/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petróleo despenca com maior oferta da Arábia Saudita

O petróleo do tipo Brent abriu o pregão desta segunda (9, ainda domingo no Brasil) em queda de mais de 30%, derrubando o preço para menos de US\$ 35 por barril. É a maior desvalorização desde a Guerra do Golfo, em 1991.

O forte recuo reflete a decisão da Arábia Saudita de elevar a produção e oferecer descontos a compradores justamente quando a discussão entre países produtores era pela redução da oferta, uma reação à menor demanda causada pelo coronavírus.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Calor

Painel S.A.

Enquanto governo e mercado discutem mudanças nos incentivos para donos de painéis de energia solar, o Bradesco expande o uso do modelo. Segundo o banco, cerca de 200 agências em Minas Gerais passarão a usar painéis solares neste mês.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/03/2020

Seção: Poder

Autor:

Título: Dispositivos não regulamentados

Mineração em terra indígena

Lei "estabelecerá as condições específicas quando essas atividades [de mineração] se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas" (art. 176)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/03/2020

Seção: Poder

Autor: Reynaldo Turollo Jr.

Título: Constituição tem 118 pontos sem regras, e Bolsonaro tenta aproveitar brechas

Falta de regulamentação da Carta pelo Congresso abre espaço para atuação do Supremo, e governo busca avançar sobre lacunas

Mais de 31 anos depois de ser promulgada, a Constituição de 1988 ainda tem 118 dispositivos sem regulamentação. A medida depende da aprovação de leis pelo Congresso Nacional.

Esse número representa quase um terço dos 382 dispositivos passíveis de serem regulamentados.

Desde 1987 houve oito legislaturas completas na Câmara e no Senado, além da atual, que está em seu segundo ano.

A ausência de leis abre um espaço muito grande para o STF (Supremo Tribunal Federal) atuar, segundo especialistas, e tem possibilitado que o presidente Jair Bolsonaro busque avançar nas lacunas, como no caso do projeto enviado ao Congresso para liberar mineração em terras indígenas.

A proposta visa regulamentar o artigo 176 da Constituição, que diz que uma lei estabelecerá condições específicas quando atividades de mineração “se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas”, e o 231, que estipula que tais atividades só podem ser efetivadas com autorização do Congresso, “ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra”.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/03/2020****Seção: Economia****Autor: GABRIEL MARTINS* RIO E NOVA YORK****Título: Petróleo tomba 30% com embate entre Opep e Rússia**

É a maior queda desde 1991. Arábia Saudita abre guerra de preço com os russos e decide elevar produção e cortar valor do barril

O preço do petróleo desabou mais de 30% ontem, na abertura do mercado asiático, tombo que só fica atrás daquele registrado durante a Guerra do Golfo, em 1991. A queda é consequência do aumento da tensão entre os países membros da Organização dos Países Exportadores do Petróleo (Opep), capitaneados pela Arábia Saudita, e a Rússia, que não chegaram a um acordo para diminuir a produção. Bolsas asiáticas, como a japonesa, recuavam mais de 3%.

Um acerto vinha sendo costurado há semanas, pois a demanda pelo petróleo despencou com o menor apetite chinês. A China, afetada pelo coronavírus, é o maior importador global da matéria-prima.

Os contratos futuros do petróleo tipo Brent, referência no mercado internacional, operavam com forte queda, com o barril sendo cotado a US\$ 31,02, segundo a Bloomberg. O Goldman Sachs alertou ontem que o preço poderia chegar perto de US\$ 20 por barril. Na sexta-feira, a cotação estava na faixa dos US\$ 45.

Ontem, a Arábia Saudita, maior produtora mundial de petróleo, decidiu elevar sua produção e cortar os preços dos barris produzidos em seu território, dando início a uma “guerra de preço” com a Rússia, país que está entre os maiores produtores do combustível mas não é membro da Opep. Rússia e o cartel do petróleo estabeleceram uma cooperação desde 2016.

Em resposta, o governo russo autorizou suas petroleiras a produzirem o quanto puderem. Para Masayuki Kichikawa, da Sumitomo Mitsui Asset Management, de Tóquio, a decisão da Arábia Saudita pode ser uma estratégia:

— Não acho que o objetivo final dos sauditas seja o colapso do mercado de petróleo. Parece mais ser uma tática para forçar a Rússia a voltar para a mesa de negociação.

Diante das decisões tomadas pelas duas potências petrolíferas, o setor teme um excesso de oferta do produto, o que terá impacto em toda a indústria de energia, desde gigantes como a americana Exxon Mobil a pequenos produtores

de petróleo. Pode haver ainda um revés no combate às mudanças climáticas com os combustíveis fósseis se tornando mais competitivos que opções de fontes renováveis.

De acordo com a Reuters, a Arábia Saudita planeja aumentar a produção de petróleo acima de 10 milhões de barris por dia a partir de abril, podendo chegar a 12 milhões, pois o atual acordo para restringir a produção entre Opec e Rússia (conhecido como OPEP +) expira em março.

— O medo é que esses dois países comecem a extrair muito petróleo, fazendo o preço desmoronar — indica Pablo Spyer, diretor da Mirae Asset.

Andy Lipow, presidente da consultoria americana Lipow Oil Associates, diz que a medida pegou todos “de surpresa”:

—A Opec+ surpreendeu ao iniciar uma guerra de preços para ganhar participação de mercado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: ‘E o mundo não se acabou’

A economia mundial entrou em parafuso ontem, com o preço do barril de petróleo a US\$ 35 o barril — a metade do valor cotado em janeiro. Só que está difícil até se benzer contra o novo coronavírus. A colega e correspondente Mariana Becker foi buscar a bênção numa igreja do Principado de Mônaco. Mas a pia da água benta, acredite, estava interditada devido ao número de casos de covid-19 (a doença provocada pelo vírus). Tempos estranhos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/03/2020

Seção: Política

Autor: Ingrid Soares

Título: Brasil e EUA fecham acordo

Os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump assinaram, ontem, em Miami, o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E) militar, o principal resultado da viagem aos Estados Unidos e que pode dar ao Brasil acesso a um fundo de financiamento para desenvolvimento de tecnologia de defesa que chega a US\$ 100 bilhões. Mas, para o acesso ao fundo ser sacramentado, o acordo necessita ser ratificado pelo Congresso dos dois países.

O acordo foi fechado durante visita de Bolsonaro ao Comando Militar do Sul, a unidade das Forças Armadas americanas responsável pela cooperação e segurança das operações militares nos países das Américas Central e do Sul. Essa foi a primeira vez que um presidente brasileiro visitou o complexo militar.

De acordo com o Ministério da Defesa, o objetivo do acordo é abrir caminho para que os dois governos desenvolvam projetos conjuntos, alinhados com o interesse de ambos países. Isso permitirá aperfeiçoar ou desenvolver novas tecnologias militares e civis.

O documento foi assinado por Bolsonaro, pelo chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil, tenente-brigadeiro Raul Botelho, e pelo comandante do Comando Sul dos Estados Unidos, almirante de Esquadra Craig Feller. Os ministros da Defesa, Fernando Azevedo e Silva; das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**; e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, também participaram da cerimônia.

“O acordo poderá ampliar o acesso ao mercado americano, bem como a formalização de outros pactos no setor, reduzindo processos burocráticos no comércio de produtos do segmento entre Brasil e EUA”, informou um trecho da nota do Ministério da Defesa.

Ainda segundo a pasta, a classificação do Brasil como um aliado preferencial extra Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi um passo fundamental para viabilizar o acordo. “Além de ampliar a penetração brasileira no mercado dos EUA, o acordo poderá facilitar a entrada de produtos brasileiros em outros 28 países membros da Otan”, prosseguiu a nota.

Desde 2017

A combinação entre os dois países começou a ser negociada em 2017, no governo Michel Temer, e as tratativas saíram do papel depois da designação do Brasil como um aliado preferencial fora da Otan. A classificação foi anunciada pelos EUA em março do ano passado, no âmbito da visita de Bolsonaro ao presidente americano, Donald Trump, na Casa Branca.

“Assinamos um acordo histórico, que abrirá caminho para compartilhamento ainda maior de experiências e informações”, afirmou o almirante Faller, da Marinha dos EUA. “Trabalhamos muito próximos das nossas nações aliadas”.

O Brasil é o primeiro país da América Latina a integrar o acordo. “Assinamos mais um acordo inédito com os EUA, que poucos países têm”, afirmou o ministro da Defesa do Brasil, Fernando de Azevedo e Silva. O país é ainda o primeiro do Hemisfério Sul a entrar para o clube de parceiros americanos, que

inclui França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Índia, Suécia, Estônia, Finlândia, Noruega e Coreia do Sul.

Atualmente, o setor da indústria de Defesa no Brasil — estatal e privado — mantém 250 mil empregos diretos e indiretos, em áreas que vão desde fabricação de munição até a construção de mísseis e foguetes. Com o acordo, a indústria brasileira se candidataria a fazer parte dos fornecedores de armas e sistemas não só para os americanos, mas também para seus aliados.

O acordo assinado pelo Brasil com os EUA não envolve financiamento de projetos ou de aquisição de produtos. Para tanto, seria necessário que os dois países fechassem outro tipo de acordo, o RDT&F. Esta ampliação está em discussão entre os dois governos e pode ser o próximo passo para as relações militares entre os dois países.

Neste ano, o Orçamento do governo federal blinda os gastos do Ministério da Defesa, impedindo que o governo possa contingenciar investimentos do setor. Para oficiais gerais, a medida garante segurança aos produtores e aos fornecedores, pois os projetos da área são complexos e seus produtos não estão disponíveis nas prateleiras. Em dezembro, o governo Bolsonaro destinou R\$ 7 bilhões para a Emgepron, para a produção de quatro fragatas. Os militares realçam ainda a importância desses investimentos para o desenvolvimento de tecnologias novas, muitas das quais mais tarde são usadas no mundo civil.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/03/2020

Seção: Economia

Autor: Marina Barbosa

Título: Petróleo despenca e agrava crise

O Banco Central vai vender US\$ 1 bilhão das reservas internacionais hoje, antes mesmo da abertura da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), para tentar acalmar os ânimos do mercado financeiro, que vem derretendo há semanas por conta do avanço do novo coronavírus pelo mundo. A intervenção, porém, pode não ser suficiente para blindar as perdas na B3 e do real diante de um novo cenário de pânico internacional.

O mercado tem mais uma crise para enfrentar: a derrocada dos preços do petróleo, que caíram mais de 30% ontem na abertura dos mercados asiáticos, a maior queda de a Guerra do Golfo, em 1991. Por isso, os analistas admitem que, apesar da atuação do BC, o dia será de mais nervosismo. “Vai ser um dia pesado. As bolsas de diversos países já estão no vermelho por conta do

petróleo. O Dow Jones futuro já caiu 4,17% e o S&P futuro, 4,56%”, disse o economista-chefe da Necton, André Perfeito.

A cotação internacional do barril, que havia registrado queda de 10% na sexta-feira, no pior pregão em 11 anos, despencava mais de 20% nos mercados asiáticos em função de um racha na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que deflagrou uma guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita. Analistas apostam que o Barril pode chegar a US\$ 20. Os contratos futuros do óleo tipo Brent, negociado na bolsa de Londres, até o fechamento desta edição estava cotado a US\$ 35,07 o barril, o menor valor desde 2016.

“O petróleo vai continuar em queda e isso puxa as ações da Petrobras para baixo. E, como a estatal tem um peso significativo no Índice Bovespa (IBovespa), acaba levando tudo para baixo na Bolsa”, alertou o economista-chefe da Nova Futura, Pedro Paulo Silveira. Ele avaliou que esse impacto não vai demorar a ser sentido aqui, visto que o atual preço do petróleo deve tirar a rentabilidade da produção do pré-sal e, por isso, atinge diretamente as ações da companhia. “A Bolsa estará à mercê da questão do petróleo”, confirmou o economista da BlueMetrix Ativos, Renan Silva, indicando que o mercado deve continuar sob forte volatilidade hoje, mesmo após a intervenção do BC.

O Ibovespa acumula queda de 15% no ano e deve continuar registrando perdas, segundo os analistas, acompanhando as bolsas asiáticas, que abriram no vermelho. “A elevação da temperatura no cenário doméstico, em função da convocação, por parte do presidente Bolsonaro, para as manifestações do dia 15 podem agregar volatilidade ao mercado. Por isso, teremos uma abertura tensa”, apostou Silveira. E o dólar deve manter a escalada. Pelas estimativas da Necton, a divisa norte-americana pode subir de 3,6% a 7,9%, variando entre R\$ 4,80 e R\$ 5, por conta do impacto da crise do petróleo nas ações da Petrobras. Segundo estimativas da equipe da corretora, a ação preferencial da estatal pode cair de 12,4% a 25,5%.

Risco de recessão

Além disso, os riscos de recessão global aumentaram. Os Estados Unidos também serão afetados pela crise do petróleo e os investidores apostam que o Federal Reserva (Fed) pode convocar uma nova reunião extraordinária para anunciar mais um corte na taxa de juros norte-americana, em uma tentativa de impedir que a maior economia do mundo entre em recessão por conta do coronavírus. A empresa de trens Amtrak, por exemplo, suspendeu as viagens entre Washington e Nova York.

“O que temos ouvido é que autoridades monetárias do mundo inteiro começarão a soltar medidas de estímulo na economia, assim como os EUA,

cortando os juros. E isso colocou no mercado a desconfiança de que a situação é pior do que se esperava. Por isso, a volatilidade e a aversão ao risco devem continuar”, contou Silva, admitindo que a pressão sobre o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, também é grande.

Analistas destacaram que ainda são grandes as dúvidas sobre que medidas o BC vai adotar diante de toda essa nova crise. A própria intervenção de hoje, que vem na esteira de uma série de leilões de contratos de swap cambial da semana passada, ainda não foi muito bem compreendida. “Ainda não sabemos como classificar e quando esperar as intervenções. Por isso, o BC venderá US\$ 1 bilhão em reservas e pode até conter o dólar neste primeiro dia, mas precisa sinalizar com um programa mais agressivo e uma política mais clara”, afirmou Silveira.

Também não há consenso sobre se o BC deve ou não cortar a taxa básica de juros (Selic) na reunião do Copom da próxima semana, já que a medida pode estimular a economia, mas também elevar ainda mais o dólar.

MME / ASCOM .